

O senhorio do mosteiro de Santa Cruz (1131-1202) – formação, estrutura e exploração do seu domínio

*Rui Pedro Neves*¹
Universidade de Coimbra

Resumo

O extraordinário e distinto papel que o mosteiro conimbricense de Santa Cruz cumpriu ao longo de muitos séculos, tem vindo a ser relevado, paulatinamente, pela historiografia portuguesa. Envolvidos pelo fascínio que o universo monástico medieval nos desperta, deixámo-nos animar pelo interesse de levar a cabo um estudo de natureza económica, centrado no mosteiro de Santa Cruz. Como tal, o projeto de mestrado que aqui apresentamos irá incidir sobre uma outra visão do cenóbio crúzio, pretendendo que seja um estudo que abranja diversos aspetos socioeconómicos: constituição do património, no mundo rural e urbano; modos de constituição; tipologias e motivações; modos de exploração; intervenientes, quer nos momentos da aquisição e constituição, quer no da exploração, acompanhados com vários elementos estatísticos e cartográficos. Do ponto de vista cronológico, tendo como principal objetivo conhecer o património de Santa Cruz desde a sua fundação, a nossa análise iniciar-se-á em 1131, prolongando-se até 1202, ano do termino do priorado de D. João Fróis. De forma a dar consecução a este projeto, sustentar-nos-emos, maioritariamente, em documentação proveniente da instituição crúzia. Inicialmente, recorreremos à análise dos dois cartulários do século XII (Livro Santo e Livro de D. João Teotónio). Todavia, de forma a alargar o nosso estudo, observaremos a documentação existente nos primeiros 15 maços de diplomas particulares referentes à da 1ª incorporação, consultando, também, alguns dos documentos inseridos nos Livros Autênticos de Santa Cruz, assim como as *Compilationes* de 1315, do Cabido de Coimbra, ambos depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Como, de que forma, e com que auxílios cresceu o senhorio Santa Cruz? Estas serão as questões a que procuraremos dar resposta neste projeto.

Palavras-chave

Mosteiro de Santa Cruz, Senhorio monástico, Património, Coimbra

Abstract

The extraordinary and distinguished role that the conimbricense monastery of Santa Cruz has fulfilled for many centuries, has been gradually revealed by Portuguese historiography. Surrounded by the fascination that the medieval monastic universe arouses in us, we are encouraged to carry out an economic study, centered on the monastery of Santa Cruz. As such, the master's project presented here will focus on another view of the Crosier cenobium, intending to be a study that covers several socioeconomic aspects: heritage constitution, in the rural and urban world; modes of constitution; typologies and motivations; modes of exploitation; actors, both at the time of acquisition and constitution, and at the time of exploitation, accompanied by various statistical and cartographic elements. From the chronological point of view, with the main objective of knowing the heritage of Santa Cruz since its foundation, our analysis will begin in 1131, extending until 1202, the last year of the priory of D. João Fróis. In order to achieve these projects goals, we will rely mostly on documentation from the crosier institution. Initially, we will resort to the analysis of the two cartularies of the twelfth century (*Livro Santo* and *Livro de D. João Teotónio*). However, in order to broaden our

¹ Licenciado em História pela Faculdade da Letras da Universidade de Coimbra. Teve a honra de ser convidado pela Doutora Maria José Azevedo Santos para integrar o Centro de História da Universidade de Coimbra, desde de novembro de 2018, como investigador colaborador. Queremos deixar uma palavra de agradecimento aos nossos orientadores, a Professora Doutora Leontina Ventura e ao Professor Doutor Saul António Gomes. Uma última palavra de gratidão à Professora Doutora Maria Amélia Campos pelos seus comentários e sugestões. À Dr. Diana Sofia Silva pela ajuda e auxílio ao longo destes anos.

study, we will look at the documentation in the first 15 bundles of private diplomas referring to the first incorporation and also consulting some of the documents inserted in the Livros Autênticos de Santa Cruz, as well as the Compilaciones de 1315 from the Coimbra See, both deposited in the Arquivo Nacional da Torre do Tombo. How, in what way, and with what aid did the landlord Santa Cruz grow? These are the questions that we will seek to answer in this project.

Keywords

Santa Cruz Monastery, Monastic *Senhorio*, Landlord, Coimbra

1. TEMA, PROBLEMAS, OBJETIVOS, CRONOLOGIA E ESPAÇO

O extraordinário e distinto papel — sobretudo religioso, cultural e político — que o mosteiro conimbricense de Santa Cruz, de cónegos Regrantes de Santo Agostinho, cumpriu ao longo de muitos séculos, tem vindo a ser relevado, paulatinamente, pela historiografia portuguesa. Está plasmado, sobretudo, em duas dissertações de doutoramento que estudam a instituição sob perspetivas diferenciadas. A primeira, cuja autoria pertence a Armando Martins,² defendida na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1996, apresenta uma análise detalhada sobre a instituição, focando vários aspetos concernentes à orgânica interna da comunidade canonical, traçando, ao mesmo tempo, uma detalhada visão institucional do mosteiro de Santa Cruz desde a sua fundação até finais do século XV. A segunda, do início da Era 2000, da autoria de Saul António Gomes,³ defendida na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, apresenta, por outro lado, uma profunda reflexão sobre a chancelaria e cultura monástica desta instituição coimbrã, entre os séculos XII a XIV, destacando-se, na historiografia portuguesa, enquanto modelo de estudo das chancelarias eclesiásticas pelo seu elevado domínio técnico e valor científico, a par da dissertação de doutoramento de Maria Cristina Almeida Cunha.⁴

Apesar destas análises profundas e inovadoras sobre a instituição, existem áreas de estudo que, sem estarem virgens — e poderem ter sido abordadas, sob um olhar para elas focalizado, mas incompleto, ou em artigos de cariz, temporal e geográfico, parcelar

² Armando Alberto Martins, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média* (Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003).

³ Saul António Gomes, *In Limine Conscriptio. Documentos, Chancelaria e Cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Séculos XII a XIV)* (Viseu: Palimage Editores, 2007).

⁴ Maria Cristina Almeida Cunha, *A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga (1071-1244)* (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998). Viria a ser publicada em 2005 com o mesmo título pela editora Toxosoutos. Outros trabalhos, no âmbito do estudo de chancelarias de instituições religiosas, vieram a público convido aqui citá-los: Maria do Rosário Barbosa Morujão, *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria (1080-1318)* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e a Tecnologia) e os estudos de Maria João Oliveira e Silva, *Scriptores et notares. A produção Documental da Sé do Porto (1113-1247)* (Porto: Fio da Palavra, 2008) e *A escrita na catedral: a chancelaria episcopal do Porto na Idade Média* (Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, 2013).

— mereceriam um estudo aprofundado. Tem-nos, de certa forma, admirado que não tenha ainda surgido um trabalho, de natureza económica (ou socioeconómica, melhor dizendo) sobre tão importante senhorio — à luz do que temos para tempos posteriores, de Margarida Sobral Neto.⁵ Neste contexto, impelido pelo fascínio que o universo monástico medieval em nós desperta, deixámo-nos animar pelo interesse em fazer um estudo de natureza económica, centrado no mosteiro de Santa Cruz nos seus primeiros tempos. Pretendemos que seja um estudo que abranja os aspetos económicos e os sociais: interpretação das dinâmicas responsáveis pela formação do património crúzio, organização e seu desenvolvimento, privilegiando o estudo da constituição do património no mundo rural e no urbano; modos de constituição; modos de exploração; intervenientes, quer nos momentos da aquisição e constituição, quer nos da exploração. *Como, de que forma, e com que auxílios cresceu o senhorio Santa Cruz?* Estas serão as questões (ou questão) a que procuraremos dar resposta.

Do ponto de vista cronológico, tendo como principal objetivo conhecer o património de Santa Cruz desde a sua fundação, a nossa análise iniciar-se-á, imperiosamente, em 1131,⁶ mais concretamente em junho, aquando da doação dos banhos régios em Coimbra ao mosteiro de Santa Cruz, conforme se lê no testamento de D. Telo.⁷ De forma a analisar, completa e rigorosamente, os processos de formação e expansão ocorridos ao longo do século XII, prolongaremos a nossa investigação até 1202, data em que termina o priorado de D. João Fróis⁸ —período em que cremos ser possível descortinar os momentos e as estratégias de ampliação do património da comunidade fiel à *Regra de Santo Agostinho*, impulsionadas pela ambição e empenho dos seus cinco primeiros priores.

Relativamente ao espaço de análise, focar-nos-emos na cidade de Coimbra e concelhos vizinhos (Montemor-o-Velho; Cantanhede, Anadia, Figueira da Foz,

⁵ Margarida Sobral Neto, *Terra e conflito: região de Coimbra (1700-1834)* (Viseu: Palimage Editores, 1997).

⁶ Sobre a fundação de Santa Cruz, vid. Gomes, *In Limine Conscriptiois*, 105-119, Martins, *O Mosteiro de Santa Cruz*, 164-190 e José Mattoso, *D. Afonso Henriques* (Lisboa: Temas e Debates, 1^a. ed., 2007), 112-124.

⁷ *Livro Santo de Santa Cruz: Cartulário do Sec. XII*, ed. Leontina Ventura, transc. Leontina Ventura e Ana Santiago Faria (Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990), doc. 6, 117-118. Doravante apenas iremos referenciar esta obra por *LS*, seguido do número do documento em causa.

⁸ O último documento onde se atesta a atividade de D. João Fróis é datado de janeiro de 1202 - TT, *Santa Cruz de Coimbra*, Maço 15, Doc. 7. Vid. Gomes, *In Limine Conscriptiois*, 739-741 e Martins, *O Mosteiro de Santa Cruz*, 309-312. Doravante, sempre que se fizer referência aos documentos do fundo de Santa Cruz, existente na Torre do Tombo, de forma a simplificar, apenas evidenciaremos o número do maço e respetivo documento. Por exemplo, 7, 6, significa *Santa Cruz de Coimbra*, maço 7, documento 6.

Condeixa-a-Nova, entre outros), núcleo central do senhorio de Santa Cruz.⁹ Porém, em virtude de compreender a evolução do domínio de Santa Cruz, ao longo do século XII, será necessário ampliar o nosso espectro de análise a todo o reino de Portugal – o que demonstra, por conseguinte, a importância desta instituição no panorama social, religiosa e político da época.¹⁰

Para a elaboração deste estudo, consideramos imperioso reunir o maior número possível de fontes disponíveis para, assim, reconstituir com maior rigor e fidelidade as propriedades que outrora pertenceram aos cónegos crúzios.¹¹ Como é de conhecimento generalizado dos medievalistas portugueses, a perda dos cartórios monásticos ao longo dos séculos passados não é um mito,¹² impondo, por isso, ao investigador, a necessidade de alargar os seus horizontes, não apenas na procura de documentação em diferentes fundos (como por exemplo no Cabido da Sé de Coimbra, mais concretamente, as *Compilationes de 1315*),¹³ mas, também, no alargamento da cronologia das fontes (refiro-

⁹ Veja-se por exemplo as diversas cartas de doação e de compra-venda, onde se atesta o alargamento do domínio fundiário do cenóbio nos atuais concelhos de Anadia, Condeixa-a-Nova, Cantanhede, Mealhada, Montemor-o-Novo, Figueira da Foz, entre outros. A título de exemplo vid. *LS*, 10, 17, 18, 24, 60, 69, 125, 137, 144, 192 e Jorge de Alarcão, *In território Colimbric: lugares velhos (e alguns deslembrados) do Mondego*, (Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 2004). De igual modo, remetemos o leitor para as fontes não publicadas, *TT*, *Santa Cruz de Coimbra, Livro de D. João Teotónio*, fls. 38-39v, 46-46v, 56v-57, 98v e 128v-129 e 5, 10; 6, 1 e 16; 7, 6 e 9, 18. De forma a facilitar a análise, utilizaremos a sigla *LDJT*, para designar o cartulário preservado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Livro de D. João Teotónio*, seguido dos respetivos fólhos.

¹⁰ Tal como se referiu na nota anterior, foi possível verificar património crúzio nos seguintes concelhos e freguesias Alcanede (fr., c. Santarém), Torres Vedras, Carvoeiro (fr., c. Viana do Castelo), Loures, Arada (fr., c. Ovar), Vialonga (fr., Vila Franca de Xira), Belas (fr., Sinta), Novelas (fr., Penafiel) e Escapães (fr., Santa Maria da Feira). Sobre a localização do património de Santa Cruz em locais mais distantes do seu epicentro, vid., *LS*, 23, 41, 67 e 224, assim como *LDJT*, 35v-36, 39v-40, 46, 55v-56, 58v-59, 65-65v e 97v. De igual modo, indicamos os seguintes estudos: Manuel M. R. Pereira, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra no século XII*, (dissertação de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1962; Jorge H. Pires de Lima, “Propriedades de Santa Cruz de Coimbra em Lisboa no séc. XII”, *Arquivo Histórico de Portugal*, IV (1943), 342-348; Martins, *O Mosteiro de Santa Cruz*, 987-989 e Maria José Vasconcelos de Albergaria Pinheiro, *O Livro de D. João Teotónio: para a história do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, (dissertação de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1970) e mais recentemente, Carlos Manuel Pereira Leite, *O património do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra nos concelhos em torno de Sintra: contributos para a compreensão de uma estratégia (sécs. XII-XVI)*, (dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2017).

¹¹ De forma a complementar o nosso *corpus documental*, muito nos valeu o excelente índice dos vastíssimos fundos documentais do mosteiro de Santa Cruz, da autoria de Saul António Gomes, “Documentos Medievais de Santa Cruz de Coimbra: I- Arquivo Nacional da Torre do Tombo”, *Separata de “Estudos Medievais: Centro de Estudos Humanísticos* (8, 1988).

¹² Sobre esta temática vejam-se as palavras de Saul António Gomes em *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV*, (Coimbra: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990), XII-XIII e Maria Helena da Cruz Coelho, “Alexandre Herculano: a história, os documentos e os arquivos no século XIX”, *Revista Portuguesa de História*, XLII (2011), 75-77.

¹³ Sobre este conflito e fonte documental, veja-se Gomes, *In Limine Conscriptiois*, 394-401; Morujão, *A Sé de Coimbra*, 175-181 e Martins, *O Mosteiro de Santa Cruz*, 438-450.

me à análise dos *Livros Autênticos*, aquando do ciclo da *Leitura Nova*),¹⁴ de modo a conseguir ter acesso a cópias de originais, para sempre perdidos. Uma outra dificuldade, mercê da falta de fontes publicadas para este estudo, com a exceção do *Livro Santo*, é a necessidade de analisar e verificar se estamos perante uma cópia de um documento original perdido/desconhecido ou se se trata de um traslado de um dos documentos originais da primeira incorporação de diplomas particulares que chegou aos nossos dias. De salientar, ainda, as dificuldades encontradas ao atribuir uma classificação quanto às tipologias documentais de Santa Cruz (doação e suas particularidades, compra-venda, escambo, *dimissionis*, *conventionis*, entre outras),¹⁵ assim como as problemáticas inerentes à toponímia medieval.

2. ENQUADRAMENTO HISTORIOGRÁFICO

O tema aqui apresentado não constitui uma novidade no panorama da historiografia portuguesa. O estudo dos patrimónios que sustentavam as diferentes e numerosas casas monásticas medievais já levam, elas próprias, um vasto caminho nas diferentes historiografias europeias.¹⁶ Aliás, conforme realça José Ángel García de Cortázar, o estudo dos domínios monásticos, *llegó a constituir entre 1969 y 1986 un*

¹⁴ Gomes, “Documentos Medievais de Santa Cruz”, 18 *In Limine Conscriptiois*, 416-436 (com especial atenção às páginas 422-424) e Martins, *O Mosteiro de Santa Cruz*, 66-67.

¹⁵ Sobre esta problemática vejam-se o estudo de Iria Gonçalves, *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, (Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1989), 31-37; Paulo Merêa “O problema da origem das doações post obitum” e «Doações post obitum e doações reservato usufructu” in *Novos Estudos da História do Direito*, (Coimbra, T. I, 1952), 185-198; Gomes, *In Limine Conscriptiois*, 699-708 (principalmente as referências complementares) e, mais recentemente, Filipa da Silva Lopes, *O Domínio Fundiário do Mosteiro de S. Salvador de Paço de Sousa (século XI-XII)*, (dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012), 35-41.

¹⁶ Para uma resenha historiográfica europeia sobre este tema, veja-se: José Ángel García de Cortázar e Pascual Martínez Sopena, “Los estudios sobre historia rural de la sociedad hispanocristiana”, *Historia Agraria*, 31 (2003), 57-83; José Ángel García de Cortázar, *História Rural Medieval*, (Lisboa: Editorial Estampa, 1983); Georges Duby, *Economia Rural e Vida no Campo no Ocidente Medieval*, (Lisboa: Edições 70, 1987), vol. I, 224-225 e 231-237; Peter M. Jones, “Recent Work on French Rural History”, *The Historical Journal*, vol. 46, n.º 4 (2003), 953-969; Gérard Sivéry, “Rural society”, in *The New Cambridge Medieval History*, ed. David Abulafia, (Cambridge: Cambridge University Press, 1999), vol. V, 38-49 e Robert Fossier, “The Rural Economy and Demographic Growth”, in *The New Cambridge Medieval History*, ed. David Luscombe, (Cambridge: Cambridge University Press, 2004), vol. IV, part. I, 11-46. De igual modo, recomendamos a consulta da revista *The Journal of Medieval Monastic Studies*, publicada anualmente desde de 2012, contando com preciosos estudos sobre o monaquismo medieval, nos mais variados campos. A título de exemplo, veja-se o artigo de Jill R. Webster, “The Monastery of Val de Cristo in the Kingdom of Valencia: Relations, Economy and Significance to the Crown 1410-1450”, *Medieval Monastic Studies*, 1 (2012); Luís Carlos Amaral, *São Salvador de Grijó na segunda metade do século XIV: estudo de gestão agrária* (Cosmos História 5. Lisboa: Edições Cosmos, 1994), André Evangelista Marques, *O casal: uma unidade organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima: 906-1200*, (Toxosoutos, 2008).

verdadero género historiográfico, acrescentando ainda que, *el cenobio dejó de ser lugar de recogimiento y oración para convertirse en el señorío que desplegaba su poder sobre tierras y hombres en uno o varios espacios*.¹⁷

De facto, ao olhar para o quadro historiográfico nacional, verificamos que os estudos dos patrimónios das diferentes casas monásticas medievais já detêm uma extensa tradição,¹⁸ principiada com os trabalhos vanguardistas de José Mattoso,¹⁹ Luís Carlos Amaral,²⁰ Maria Helena da Cruz Coelho²¹ e de Iria Gonçalves.²²

Relativamente ao estudo do domínio de Santa Cruz de Coimbra, reconhecemos a existência de alguns trabalhos que abordaram já esta questão, nomeadamente os de

¹⁷ José Ángel García de Cortázar, “El estudio de la Alta Edad Media Hispana: historiografía y estado de la cuestión”, in *XXV Años de Historiografía Hispana (1980-2004). Historia Medieval, Moderna y de América*, ed. José Antonio Munita Loinaz, José Ramón Díaz de Durana Ortiz de Urbina (Bilbao: Universidad del País Vasco- Servicio Editorial, 2007), 71.

¹⁸ Sobre esta matéria aconselhamos a leitura de Maria Helena da Cruz Coelho, “Balanço sobre a História Rural produzida em Portugal nas últimas décadas”, in *A Cidade e o Campo*, (Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2000), 23-40; Maria do Rosário Barbosa Morujão, *Um Mosteiro Cisterciense Feminino: Santa Maria de Celas (século XIII a XV)*, (Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis, 2001), 15; Mario Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, *O Domínio de Santa Maria do Lorvão no século XIV*, (Lisboa: INCM, 2001), 11, n. 1; Hermínia Vasconcelos Vilar, “Estruturas e protagonistas religiosos na historiografia medieval portuguesa”, *Lusitania Sacra*, 2^o Série, XXI (2009), 130-139 e, mais recentemente, Luís Carlos Amaral, “Half a Century of Rural History of the Middle Ages in Portugal: a Possible Overview” in *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*, dir. José Mattoso, eds. Maria de Lurdes Rosa, Bernardo Vasconcelos e Sousa e Maria João Branco (Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011), 303-319.

¹⁹ José Mattoso, “L’ abbaye de Pendorada des origines à 1160”, *Revista Portuguesa de História*, VII (1962), 1-192. A sua dissertação de licenciatura acabaria por vir a ser traduzida e publicada - José Mattoso, *A Abadia de Pendorada das Origens a 1160* (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002). De igual modo, destacamos a sua dissertação de doutoramento José Mattoso, *Le Monachisme ibérique et Cluny*, (Lovaina, 1968). Esta, viria a ser traduzida para o público português, em 2002, com o título *Monaquismo Ibérico e Cluny* (Rio de Mouro: Círculo de Leitores). De destacar também o seu estudo sobre o mosteiro de Rendulfe, publicado primeiramente na revista *Bracara Augusta*, 23 (1969), 45-106, que acabaria por incorporar as páginas 205-281 na coletânea do mesmo autor, *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, (Lisboa: INCM, 1982).

²⁰ Luís Carlos Amaral, *São Salvador de Grijó na segunda metade do século XIV: estudo de gestão agrária* (Cosmos História 5. Lisboa: Edições Cosmos, 1994), e *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (século IX-1137)*, (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008)

²¹ Maria Helena da Cruz Coelho, *Mosteiro de S. Pedro de Arouca: breve história das suas origens (séc. X-1226)*, (dissertação de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1971). Esta viria a ser publicada pela primeira vez em 1977 com o título *O Mosteiro de Arouca do século X ao século XIII*, tendo sido reeditada pela Câmara Municipal de Arouca, juntamente com a Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda em 1988.

²² Iria Gonçalves, *O temporal no Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, (dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1984). Este estudo viria a ser publicado em 1989 com o título de *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Teve uma segunda edição em 1999.

Maria Helena da Cruz Coelho,²³ Saul António Gomes,²⁴ Maria José Vasconcelos de Albergaria Pinheiro²⁵ e Jorge Hugo Pires Lima.²⁶ No entanto, embora abordem aspetos que compreendem o domínio de Santa Cruz, a cronologia e as análises neles feitas não recaem, exclusivamente, sobre os objetivos da nossa dissertação, logo, não esclarecem o processo de formação do património desta comunidade crúzia desde as suas origens. Relevam, antes, questões de âmbito regional e para períodos posteriores à cronologia que desejamos trabalhar.

O trabalho que se aproxima, parcialmente, da nossa proposta de dissertação de mestrado é a dissertação de licenciatura de Manuel M. R. Ferreira, defendida em 1962, intitulada *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra no século XII*.²⁷ Para a realização deste estudo, o autor recorreu aos dois cartulários do século XII (*Livro Santo* e *Livro de D. João Teotónio*), bem como à documentação particular e régia do mosteiro de Santa Cruz, à guarda do antigo Instituto de Estudos Históricos, acompanhada de alguma documentação publicada, o que constitui, por si só, uma boa base documental para a prossecução de um trabalho sobre o património da instituição.

Porém, apesar da tese conter cerca de 345 páginas, só na página 131 se inicia o sétimo capítulo, intitulado, justamente, *Património Monástico no séc. XII*, na qual se apresenta uma longa, mas muito simples descrição,²⁸ com base nos documentos recolhidos do património do mosteiro na região de Coimbra, Ladeia, Montemor, Leiria, Seia, Gouveia, Senhorim, Besteiros, Viseu, Lafões, Vouga, Santa Maria, Minho, Cidade Rodrigo, Santarém, Lisboa e Algarve. Esperar-se-ia, a partir do título desse sétimo capítulo, mais do que uma listagem do património do mosteiro de Santa Cruz pelos diversos lugares que o autor incluiu. Além do mais, o estudo não apresenta uma análise rigorosa sobre a formação do património da instituição crúzia. Ainda que patenteie um

²³ Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego (Estudo de História Rural)*, (Coimbra: Faculdade de Letras, 1980 (2.ª ed., Lisboa: INCM)), “O senhorio crúzio do Alvorge na centúria de trezentos”, in *Estudos de História de Portugal, Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, (Lisboa, Livros Horizonte, 1990), vol. II: *Domínio Senhorial*, 31-92, “Santo António de Lisboa em Santa Cruz de Coimbra” in *Actas do Congresso Internacional "Pensamento e Testemunho", no 8º Centenário do Nascimento de Santo António*, (1996), 179-205.

²⁴ Saul António Gomes, “Organização Paroquial e Jurisdição eclesiástica no priorado de Leiria nos séculos XII a XV”, *Lusitania Sacra*, 2ª série, 4, (1992), 163-310; “O Priorado Crúzio de Santa Maria de Leiria do Século XII à criação da Diocese”, in *Catedral de Leiria. História e Arte*, Coord. Virgolino Jorge, (Leiria: Diocese de Leiria-Fátima, 2005), 13-46, “Relações entre Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça ao longo da Idade Média. Aspetos globais e particulares”, in *Actas do IX Centenário do Nascimento de S. Bernardo. Encontros de Alcobaça e Simpósio de Lisboa*, (Braga: Universidade Católica Portuguesa e Câmara Municipal de Alcobaça, 1991), 257-303 e *In Limine Conscriptio*.

²⁵ Pinheiro, *O Livro de D. João Teotónio: para a história do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*.

²⁶ Lima, “Propriedades de Santa Cruz de Coimbra em Lisboa.

²⁷ Ferreira, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra no século XII*.

²⁸ *Ibidem*, 132 - (...) vamos neste capítulo tentar um inventário dos bens imóveis que o mosteiro tinha no século XII.

corpus documental extenso (*Livro Santo*, *Livro S. Teotónio* e documentos avulsos), não é possível encontrar nada neste trabalho acerca dos processos de aquisição do património, quer sobre a tipologia dos imóveis adquiridos, quer sobre as formas de exploração e rentabilização dos mesmos. Saliente-se, ainda, em termos de fontes empregues, a não utilização, talvez por desconhecimento, dos *Livros Autênticos* e das *Compilationes de 1315*, que anteriormente mencionamos.

Por outro lado, e para além da inexistência de quaisquer elementos (quadros ou gráficos ilustrativos e complementares), a cartografia desse património reduz-se a um mapa, executado manualmente, não comportando esta afirmação qualquer crítica, uma vez que não era sequer exequível de outra forma em tempos anteriores à era das tecnologias.

3. FONTES²⁹

De forma a dar consecução a este projeto, sustentar-nos-emos, maioritariamente, em documentação proveniente do *scriptorium* crúzio.³⁰ Assim, primeiramente, por facilidade de a documentação estar publicada ou acessível, analisaremos os dois cartulários do século XII (*Livro Santo* e *Livro de D. João Teotónio*), que nos propiciará uma ideia do património do mosteiro entre os anos de 1131³¹ e 1190,³² com as devidas lacunas cronológicas. No entanto, de forma a alargar o nosso estudo até ao ano de 1202 e complementar os dados retirados dos dois cartulários, observaremos, quase na totalidade, os primeiros 15 maços de documentos particulares, da 1ª incorporação de Santa Cruz,³³ bem como a documentação régia e eclesiástica que diga respeito ao cenóbio crúzio. Por fim, com o objetivo de completar as informações, recorreremos aos translados existentes nos *Livros Autênticos* e nas *Compilationes de 1315*, provenientes do Cabido da diocese de Coimbra.

²⁹ Ao compor o nosso *corpus documental*, muito nos foi útil a lista de documentos inéditos criada por Saul António Gomes e publicada em *In Limine Conscriptiois*, 973-992.

³⁰ Cfr., Gráfico 1.

³¹ *LS*, doc. 6, 117-118

³² *LDJT*, 166.

³³ Cerca de 80 fotografias relativas a documentos particulares dos maços 1 a 14, provenientes de da 1º incorporação, encontram-se guardadas na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra - Instituto de Paleografia e Diplomática, Cx. 86.

4. METODOLOGIA

Face ao elevado número de documentos, criamos uma base de dados capaz de reter as informações mais pertinentes, tais como: fonte;³⁴ data; tipologia de propriedade³⁵ e localização da mesma; descrição dos bens; antigo possuidor; tipologia de documento e um campo de observações para acrescentar qualquer informação relevante ou que não se adegue à nossa base de dados. Ao depararmo-nos com um diploma que possa ser inserido no cânone jurídico das *donationes*, este é analisado com o intento de ser agrupado em doações de efeito imediato, *post obitum*, *reservato usufructu*, entre outras.³⁶ De igual modo, seguindo a metodologia de Iria Gonçalves³⁷ e de Saul António Gomes,³⁸ analisamos as motivações que se encontram subjacentes às doações, dividindo-as em dois grandes blocos: Espirituais³⁹ (desejo de sepultura; usufruto de benefícios espirituais próprios da Ordem ou remissão dos pecados)⁴⁰ e Económicas (pagamento de dívidas; recompensa ou sustento).

5. ESTRUTURA FINAL DO TRABALHO

Iniciaremos a dissertação com um capítulo introdutório, onde identificamos o tema e objetivos propostos, problemáticas que lhe estão implícitas e o seu contexto historiográfico. De igual modo, serão apresentadas as fontes e metodologias empregues na constituição e análise do *corpus documental*.

De seguida, desenvolver-se-á um capítulo onde se fará a contextualização histórica, apresentando uma breve resenha histórica e fundamentos da Regra de Santo Agostinho, desde do século IV até ao século XII, definindo, de igual modo, o período de reformas da religiosidade medieval do século XII, de onde surgirá o Mosteiro de Santa Cruz. De igual modo, exporemos a conjuntura do cenóbio crúzio no espaço envolvente, focando as características morfológicas naturais em que se insere (relevo e bacia hidrográfica), assim como a conjuntura política e religiosa na Península e mais

³⁴ Tentamos verificar se se trata de uma cópia ou de um documento inédito.

³⁵ De igual modo, analisamos que se trata de imóvel inteiro ou fracionado.

³⁶ Neste parâmetro, englobamos as doações com encargos para o cenóbio, seguindo a metodologia de Maria do Rosário Morujão, *Um Mosteiro Cisterciense*, 57.

³⁷ Gonçalves, *O Património do Mosteiro de Alcobaça*, 35-45.

³⁸ Gomes, *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória*, 125-128.

³⁹ Sobre as contrapartidas espirituais aquando da doação, veja-se Wendy Davies, *Acts of Giving: Individual, Community, and Church in Tenth-Century Christian Spain* (Oxford: Oxford University Press, 2007), 113-130.

⁴⁰ Em diversos casos, as doações não são apenas perpetradas pela remissão dos pecados do benfeitor, mas também de elementos da sua família e, inclusive, pelo próprio monarca, face doações que este lhe fizera. Cfr., *LS*, 71, 118 e *LDJT*, 79v-80.

concretamente em Portugal, que fomentará o surgimento do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

Seguidamente, iniciaremos a análise dos mecanismos de formação e/ou organização do património (a partir das três grandes fórmulas jurídicas de aquisição patrimonial: compras, doações e permutas)⁴¹, apurando a natureza dos bens que o compunham, dando especial relevo a descrições que possam, eventualmente, surgir.

Num novo capítulo, apresentaremos um esboço sobre as estratégias de gestão e exploração do património, com base nos reduzidos contratos agrícolas.⁴²

Entretidas ao longo do trabalho ou no seu término, em Anexo(s), incorporar-se-ão vários e diferentes elementos cartográficos, uns de carácter geral, outros de acordo com as várias regiões ou zonas onde o mosteiro possuía bens. Perspetivamos um mapa geral, onde indicar-se-ão todos os bens detidos pelo mosteiro no território do reino, a cinco cores, representando cada uma a cronologia de um priorado; outros mapas mais reduzidos, possibilitando visualizações e análises mais pormenorizadas dentro das áreas privilegiadas de detenção do património, por priorado; um mapa individualizado com os bens detidos na cidade de Coimbra; um mapa com os coutos e seus limites; e, ainda, um mapa com a distribuição dos vários tipos de culturas e meios de produção.

6. DADOS SEMI-TRATADOS, HIPÓTESES OU CONCLUSÕES PROVISÓRIAS⁴³

Os dados de que dispomos até ao momento, após a análise de cerca de 900 diplomas, dispersos cronologicamente entre 1131 a 1197, revelam um elevado número de compras (477), acompanhadas de 333 diplomas onde se atestam doações, surgindo 36 permutas e outras tipologias documentais que figuram em menor número (Vid. Gráfico II). De salientar as *traditio* ou *traditiones*, uma vez que estabelecem, em virtude da entrega de bens por parte dos benfeitores, a entrada na clausura ou na familiatura

⁴¹ No que toca às permutas, teremos especial atenção à compreensão da estratégia do Mosteiro, pois na sua grande maioria, verificamos que o cenóbio opta por desfazer-se das terras que menos lhe interessavam, na tentativa de obter aquelas que ficavam mais perto dos principais locais de implantação do seu património. Cfr., *LS*, 124; *LDJT*, 74-74v e 107v.

⁴² Tal como já fora atestado em alguns estudos sobre senhorios e domínios laicos, por vezes a concessão de terras, em cenários mais rurais, podia ser firmada, tão-só, por meio de contratos orais, o que inviabiliza o nosso conhecimento sobre a feição e as condições em que se desenvolvia a exploração das terras Cfr., Coelho, *O Mosteiro de Arouca*, 130-132 e Leontina Ventura, "O Cavaleiro João Gondesendes: sua trajectória político-social e económica (1083-1116)", *Revista de História Económica e Social*, 15 (1985), 60

⁴³ Relativamente a este ponto do projeto, os dados ainda são muito incipientes, pois estamos a dar prioridade à recolha, transcrição e tratamento das fontes, não podendo, para já, apresentar conclusões sobre a exploração do património, pois os dados são ainda muito reduzidos.

monástica, adquirindo acesso ao hábito canonical⁴⁴ e ao usufruto dos benefícios espirituais que a Ordem podia dispensar aos seus simpatizantes e admiradores.⁴⁵ No que concerne à tipologia de doações, verificamos que a doação simples é a mais usual (180), seguida pela *post obitum* (42), com reserva de usufruto (15) e doação com condição para o Mosteiro (8).⁴⁶

Relativamente às motivações expressas quando das doações, na sua grande maioria, o desejo dos benfeitores justifica-se na esperança de alcançarem uma recompensa celestial, *pro remedio anima* sua ou dos seus parentes⁴⁷ ou *pro remissione omnium peccatorum*. No entanto, a salvação da alma e o perdão dos pecados não são os únicos “contra-dons” espirituais, atestando-se em 47 diplomas a vontade de ser sepultado no mosteiro, muitas vezes, inclusive, próximo dos seus familiares.⁴⁸ Doava-se, também, por motivos não religiosos, como recompensa de um gesto caritativo,⁴⁹ de empréstimo de moeda,⁵⁰ ou então de auxílio em peregrinações a Jerusalém.⁵¹

Sobre a localização dos bens, como fora anteriormente referido, a grande maioria dos bens de Santa Cruz localizava-se em Coimbra e no seu termo.⁵² Todavia, verificamos em alguns locais do reino a estratégia de adquirir porções fracionadas de antigas heranças, destinadas a criar propriedades mais vastas, como é caso dos herdeiros de João Perrot.⁵³ De igual modo, atesta-se um processo de compra e escambo de propriedades em torno de alguns dos seus coutos, como por exemplo em Quiaios, São Romão e *Eimede*

⁴⁴ *LDJT*, 45v-46; 46v e 49v-50.

⁴⁵ Não inserimos as *traditiones* no grupo das doações porque, apesar de ser uma dádiva ao cenóbio, entendemos que seria oportuno uma análise individual. Sobre esta tipologia documental, vid., Gomes, *In Limine Conscriptiois*, 700.

⁴⁶ As condicionantes para o Mosteiro poderiam ser de natureza económica, como por exemplo na doação realizada por Salvador Aires, que dota o cenóbio com uma herdade em Santa Maria de Mesquida (l., c. Seia), ficando o mesmo na obrigação, após a morte do seu benfeitor de dar metade dos frutos que aí se produzissem à sua filha (III,9). Um outro caso, de natureza caritativa, expressa-se na doação de Maria Pais, viúva, reservando para si o usufruto da sua casa situada junto à torre sineira do Mosteiro, na contrapartida, que os crúzios que sustentassem anualmente com uma porção de pão e de vinho (*LDJT*, 88v-89).

⁴⁷ A título de exemplo veja-se a carta de doação de Afonso, Fernando, Urraca e Sancha Rodrigues, que dotam o Mosteiro com dois casais e uma vinha, pela salvação da alma e indulgência do irmão, que morrerá às mãos dos sarracenos (*LDJT*, 64v-65).

⁴⁸ Nuno Guterres e Paio Guterres indicam que desejam ser sepultados *in cimiterio Sancte Crucis*, onde já se encontra o seu pai, Paio Guterres. De igual modo, Teresa Soares expressa o desejo de ser sepultada em Santa Cruz, por ambos os seus pais já se encontrarem lá. (*LS*, 28 e 105).

⁴⁹ Em 1166, Mendo Zacarias doa ao Mosteiro meio casal, por este o ter ajudado e vestido em tempos de *miseria et in paupertate*- *LDJT*, 52v-53.

⁵⁰ *LS*, 118.

⁵¹ Paio Adufes, cavaleiro, dota o Mosteiro, pelo auxílio com que os cónegos tiveram ao providenciar pão, vinho e ouro para a sua peregrinação. (*LS*, 102).

⁵² Vid. notas 8 e 9.

⁵³ *LDJT*, 217-230.

(l., fr. Buarcos., c. Figueira da Foz) o que possibilitou a afirmação do seu domínio nesse território.

Sobre a natureza dos bens, a maioria destes são designados como *hereditates* ou *hereditas*, o que nos levanta sérias dúvidas, visto que se trata de um termo polissémico que pode designar diferentes realidades. O mesmo se diga em relação aos *casales* e *villae*. Sobre os modos de produção de Santa Cruz, aferimos mais três dezenas de moinhos, perto de uma dezena de azenhas, três celeiros, um forno e um aljazzaria, estas últimas perto da cidade de Coimbra, o que evidencia que Santa Cruz já dispunha de meios e infraestruturas para administrar um vasto património. Temos, igualmente, conhecimento de que os crúzios conimbricenses dispunham de marinhas muito provavelmente para a extração do sal.⁵⁴

Apesar de escassos, estes são os dados semi-tratados até ao momento, os quais evidenciam uma análise superficial do *Corpus documental*. A seu tempo, no final da recolha e tratamento das fontes, esperamos dispor de elementos que nos possibilitem tecer uma reflexão mais vasta e pormenorizada de forma a responder à questão anteriormente referida – *como, de que forma, e com que auxílios cresceu o senhorio Santa Cruz*. Assim, com este estudo ainda por lapidar, esperamos contribuir para o avanço dos conhecimentos sobre a rede monástica da Idade Média portuguesa.

⁵⁴ *LDJT*, 65v-66.

ANEXOS

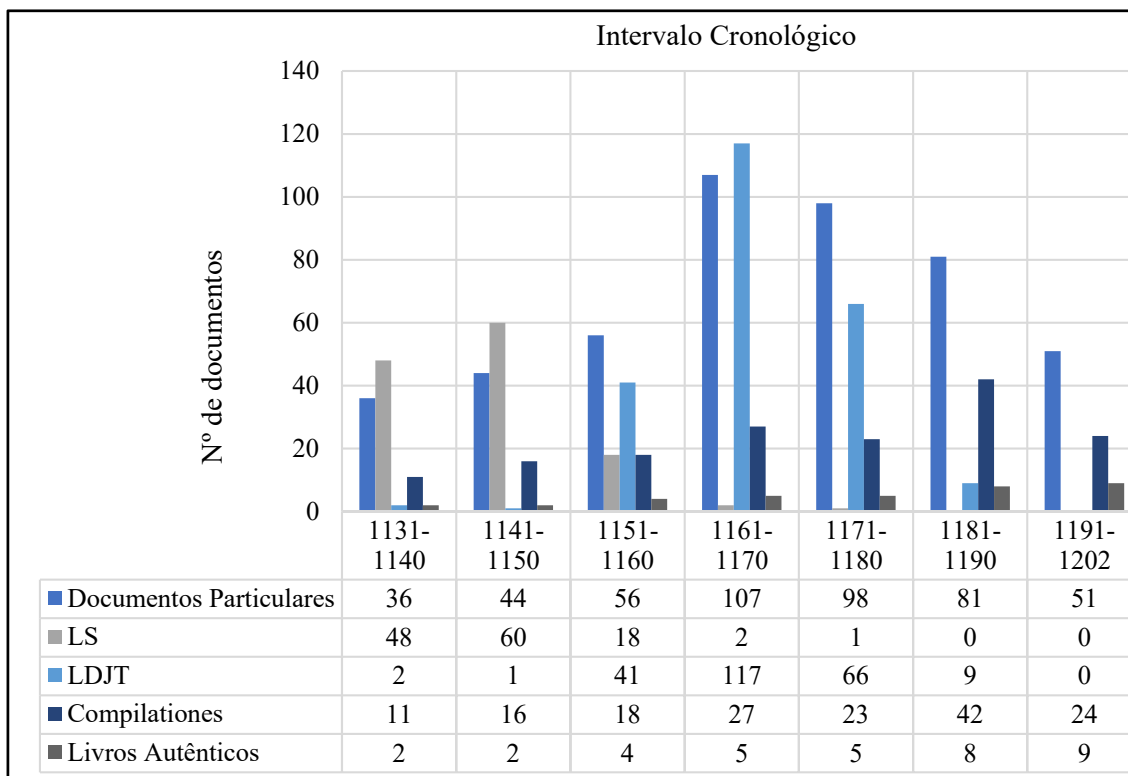


Gráfico 1 – Documentos originais do nosso *corpus documental*.

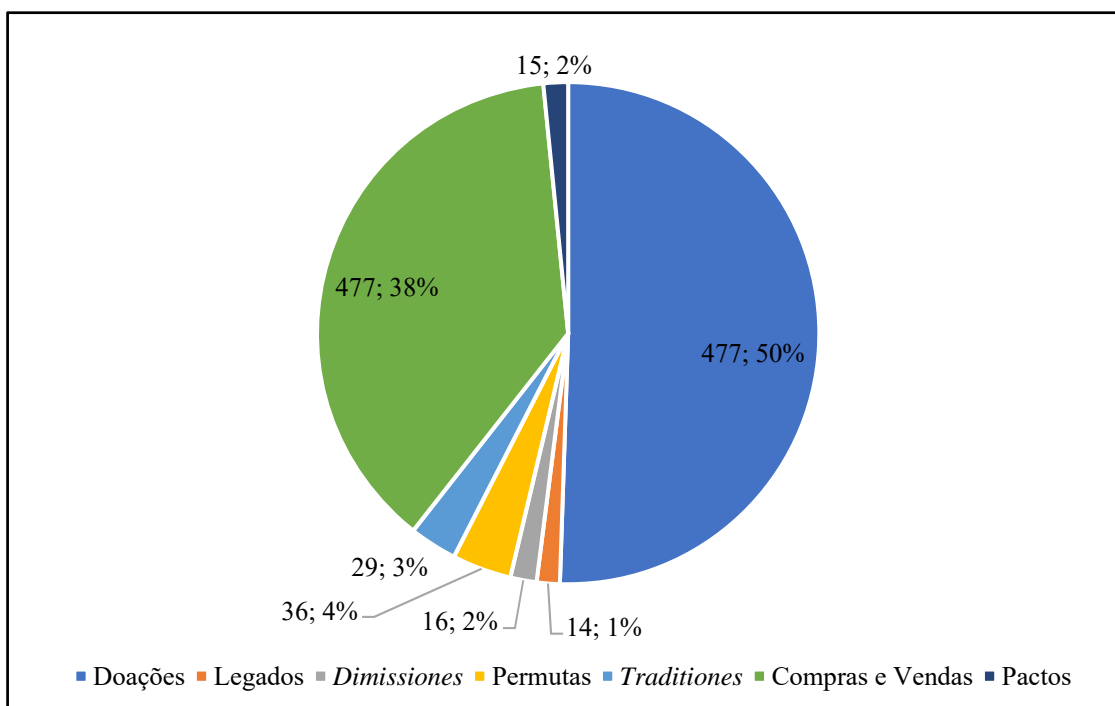


Gráfico 2 – Tipologias documentais.